COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 15 ABRIL 1987

Eleições gerais na Indonésia: "festival da democracia" aproxima-se do fim

Abriu em 24 de Março e decorrerá durante 25 dias a campanha para as eleições gerais de 23 de Abril, que alguns observadores consideram já como *"uma das mais limitadas da história do regime da Ordem Nova"* saído do golpe militar de Outubro de 1965 *(Far Eastern Economic Review*, 5/2/87), embora o Presidente Soeharto a tenha já rotulado de *"festival da democracia"*.

Numa conferência que reuniu em Jacarta, durante os dias 19 e 20 de Janeiro passado, os governadores e presidentes de Câmara indonésios, o general B. Moerdani, CEMFA indonésio, alertou para as três grandes ameaças que pairam sobre a Indonésia: os remanescentes do ilegalizado PKI (Partido Comunista Indonésio), os religiosos fanáticos da grande comunidade islâmica e os políticos *"liberais"* que insistem em defender os direitos humanos e outros valores democráticos de tipo ocidental. *"Tais ideias*, disse, *não estão de acordo com o Pancasila"*.

Estas declarações de Moerdani, em vésperas do início da campanha, vêm dar uma "perspectiva teórica" à prática do aparelho repressivo nos últimos meses, dando-lhe um ar de respeitabilidade (Moerdani é, também, o chefe do poderoso *Kopkamtib*, Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem).

Apesar de a comunidade muçulmana indonésia ser considerada das mais moderadas do mundo islâmico, várias dezenas de estudantes e de membros das organizações religiosas muçulmanas foram levados a tribunal por actividades subversivas e condenados a pesadas penas, ao longo de todo o ano de 1986. Ainda em Junho do ano passado, a imprensa noticiava uma vaga de prisões por toda a ilha de Java de pessoas acusadas de pertencerem a uma organização referenciada com o nome de *usroh* (deturpação da palavra árabe *usrah* que significa família) que pretenderia implantar um Estado indonésio islâmico (*Kompas*, 23/6/86).

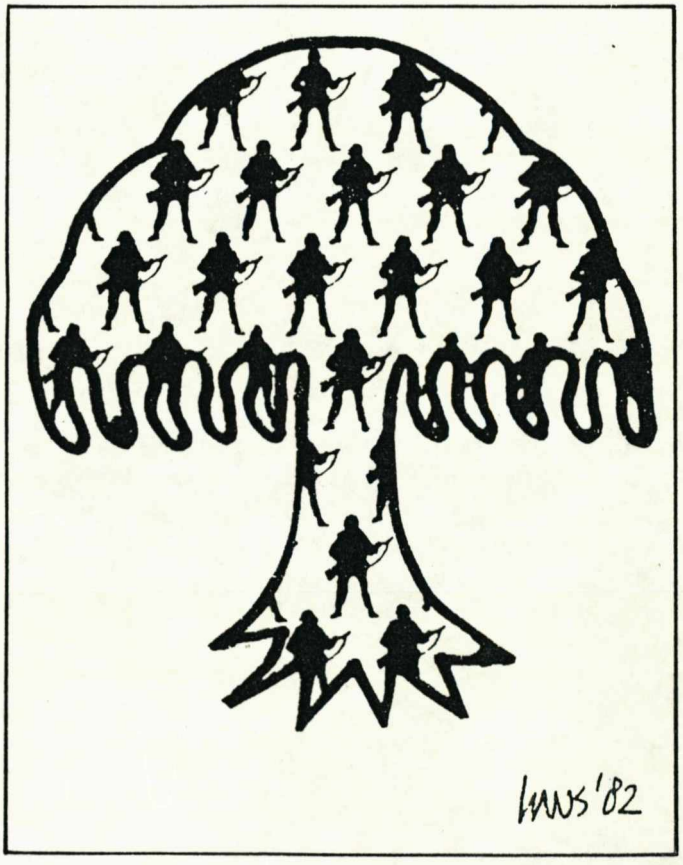
Quanto aos "remanescentes do PKI", a obsessão dos militares de banir tudo o que seja memória do hoje praticamente inexistente Partido Comunista Indonésio, ficou bem evidenciada no fuzilamento, em finais de Setembro e princípios de Outubro do ano passado, de nove homens acusados de pertencerem àquela organização, presos e condenados à morte, alguns deles, há vinte anos.

Por outro lado, a busca no passado das pessoas para tentar descortinar qualquer ligação àquele partido, tem levado a uma autêntica caça às bruxas com o despedimento, reforma compulsiva e marginalização de dezenas de milhares de pessoas.

Segundo o correspondente do *Tapol* em Jacarta, o governo indonésio, a fim de melhor poder controlar a lealdade dos candidatos às eleições gerais e independentemente do partido por que se apresentem, obrigou a que cada um deles apresentasse um documento confirmando que não tinha familiares (lineares ou colaterais), vivos ou mortos, até à ascendência de duas gerações, que fossem membros do PKI ou das suas organizações de massas. Este documento foi acompanhado de um certificado de bom comportamento *cívico passado pela administração da área de residência do candidato e enviados para o Kopkamtib* para apreciação.

O correspondente do *Tapol* em Jacarta relata ainda que um sistema semelhante está a ser usado nas Forças Armadas: o Comando militar do local de nascimento de cada soldado investiga os seus antecedentes familiares e envia os resultados da investigação ao Comando da unidade em que aquele está integrado. Todo o militar com um familiar suspeito de ter pertencido ao PKI é automaticamente colocado na disponibilidade. *"Vinte e um anos depois, o exército indonésio, o mais forte e o mais numeroso do Sueste Asiático, ainda não está convencido de ter purgado o solo indonésio do comunismo."* (*Tapol*, n.º 78, Dez 86).

Os partidos concorrentes às eleições não têm assim



O símbolo do GOLKAR sem "enfeites"

Neste número:

- **Eleições gerais na Indonésia**
- **Conferência de imprensa da CDPM**
- **Encontro Europeu de Solidariedade**

grande margem de manobra para afirmar o seu projecto próprio, a sua automia. Têm que apoiar a ideologia do Estado, o Pancasila, e promover a política e os programas do governo. Tudo o que os possa especificar aos olhos do eleitorado tem vindo a ser abolido. O partido islâmico, o PPP, por exemplo, após a adopção do Pancasila como princípio único da vida política e social, viu o seu símbolo, o Casbá, ser proibido.

Na composição actual do Parlamento indonésio, dos 360 lugares elegíveis o PPP ocupa 94, o PDI 24 e os restantes 242 são ocupados pelo Golkar, o partido governamental. Os 100 lugares de designação presidencial são todos militares e na prática não se têm distinguido do Golkar, apesar de algumas declarações públicas recentes de responsáveis das Forças Armadas darem a entender uma certa vontade de mudança nesta interdependência (*Tempo*, 20/9/86).

A alteração deste quadro será, portanto, sempre muito relativa, embora possam ser lidos alguns indícios. Enquanto anteriormente os cristãos — uma poderosa e bem colocada minoria religiosa no seio do tecido social predominantemente islâmico — tenderiam a ver no Golkar o partido seguro a apoiar, mais do que o PDI de velho estilo, resultante da fusão compulsiva dos antigos partidos nacionalista e cristãos e o qual era suposto ser o seu partido, parecem agora querer regressar a este após a escolha da nova direcção política pelo governo e da confiança que o gen. Benny Moerdani deposita nela. Por outro lado, o PDI investe igualmente nos sentimentos nacionalistas da população ao apostar no nome de Soekarno, o anterior presidente destituído por Soeharto, incluindo entre os seus candidatos a filha mais nova daquele, Megawati Soekarno e o seu marido. Os muçulmanos, por sua vez, com a descaracterização crescente do PPP como partido islâmico, estão a voltar-se para o Golkar. Sinal evidente da desagregação da sua base eleitoral é o abandono de oito dos seus dirigentes no Parlamento que aconselharam os seus eleitores a não votarem no PPP nas próximas eleições gerais (*FEER*, 12/3/87).

Quanto ao Golkar, com um orçamento para a campanha estimado em 50 vezes superior ao dos seus rivais, não terá dificuldade em atingir os 70% dos votos dos cerca de 94 milhões de eleitores (recorde-se que em 1982 conquistou 64% dos sufrágios). Como dizia Moerdani na conferência de 19 e 20 de Janeiro, o Golkar não deveria perder as eleições pois isso prejudicaria a imagem da Ordem Nova. Mas também não deveria vencer de uma forma demasiado espectacular pois isso também *"seria desvantajoso já que a Ordem Nova preserva em alto grau a democracia"*.

Em Timor Leste foram nomeadas 62 comissões eleitorais e os novos administradores coloniais recorrem um tétum, a língua timor, na sua campanha para levar a população às urnas de voto (o recenseamento feito pelas autoridades ocupantes indica 352754 eleitores). Por toda a parte controlada pelo exército indonésio, os habitantes das vilas e aldeias são concentrados e instruídos por funcionários governamentais de como votar... bem.

O presidente do Parlamento provincial, José Valente, um homem falado como potencial substituto de Mário Carrascalão no cargo de governador do território e que visitou recentemente Jacarta chefiando uma delegação daquele órgão, assegurou ao gen. Amir Machmud, presidente do Parlamento nacional, que as eleições em Timor Leste *"seriam um sucesso"*.

Porém, nunca serão um sucesso tão grande quanto o ambicionado já que parece ter falhado a tentativa do regime indonésio de levar a Dili uma delegação das Nações Unidas a fim de sancionar o acto eleitoral como reconhecimento da integração por parte da população de Timor.

Já em 1976 a ONU tinha recusado assistir, como observadora, ao acto de 17 de Julho da "Assembleia Popular" que "escolheu" a integração de Timor Leste na Indonésia. Nessa ocasião estiveram presentes em Dili sete delegações estrangeiras das quais apenas uma, a da Tailândia, tornou público o seu relatório, bastante crítico, relativamente àquele acto.

As eleições de 23 de Abril serão as segundas que a Indonésia estende a Timor Leste como forma de afirmar o estatuto de "27.ª Província" deste território.

Em 1982 realizaram-se as primeiras de tais eleições cujos resultados, os primeiros a serem tornados públicos, deram maior número de votos entrados nas urnas que pessoas recenseadas, o que os tornaram *"difíceis de engolir"*, segundo uma insuspeita publicação. (*The Economist*, 8/5/82).

Este ano, para além da votação para o Parlamento nacional e para o Parlamento provincial, os timores votarão igualmente para os Parlamentos distritais. Contrariamente ao que se passa na Indonésia, onde a cada um desses órgãos corresponde uma única urna, em Timor Leste a na Papua Ocidental, territórios onde aquele país enfrenta movimentos de resistência armada à sua ocupação, para cada uma daquelas eleições corresponderão três urnas, uma por cada partido, num total de nove urnas.

As listas de candidatos dos três partidos indonésios para Timor Leste não deixam de conter algumas curiosidades. Assim, a encabeçar a lista do Golkar aparece o MNE, Mochtar Kusumaatmaja, talvez para convencer o mundo de que os timores estão reconhecidos ao homem que tem defendido a integração nos *fora* internacionais. O PDI colocou, como já o afirmámos em anterior edição, o seu secretário-geral, Nicolaus Daryanto, em n.º 1 seguido de um católico javanês e de dois de Dili. Quanto ao PPP, dos seus cinco candidatos *"de Dili"* todos têm nomes indonésios e o sexto é um javanês *"de Jacarta"*. Recorde-se que Timor Leste "elege" quatro deputados ao Parlamento nacional.

Entretanto, as forças de segurança têm apertado o controlo sobre a população, nomeadamente no Mercado de Dili. *"A população que vai ao bazar é autorizada a entrar livremente por uma única entrada. Depois dos trabalhos de vendas e compras é obrigada a regressar por uma saída, também única e rigorosamente controlada, para ver se vem munida de bilhete de identidade (KTP) ou não. Caso não tiver esta identificação, o pobre homem é levado para o comando local (Kodim) onde lá fica semanas. (...) Esta é uma das medidas que os indonésios tomam para obrigar toda a população de Timor Leste a possuir KTP — identificação indonésia forçada, pois eles receiam infiltrações dos guerrilheiros durante as eleições."* (carta de Dili, Março 87) □

CDPM divulga mensagem de Xanana Gusmão...

Em conferência de imprensa dada no dia 23 de Março último, por ocasião da passagem de mais um aniversário sobre as conversações preliminares entre a Indonésia e a Fretilin que conduziram a um acordo de cessar-fogo entre as duas partes, a CDPM divulgou excertos de uma longa mensagem de Xanana Gusmão, Presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, dirigida a todos os *"jovens e patriotas mauberes"*.

Trata-se de um documento de 32 páginas dactilografadas, datado de 20 de Maio de 1986, e onde é abordado de uma forma exaustiva — em nenhum outro texto tornado público Xanana Gusmão o desenvolve como aqui — o quadro político para a procura de uma solução para o conflito em Timor Leste que garanta a paz e a estabilidade na área.

Xanana Gusmão principia por colocar a questão: autonomia ou independência?

"Pode haver pessoas que, preocupadas como dizem de evitar a exterminação total do nosso povo, se perguntem sobre estas questões ou, quando muito, procurem uma resposta a isto. Muitas mentes podem estar afligidas pelas inumeráveis dificuldades que rodeiam o conflito armado em Timor Leste (...). E estas considerações que podem tecer sobre a guerra são retiradas do exame da "actual conjuntura do Sueste Asiático". Esta "actual conjuntura" é concebida nestes aspectos: — a Indonésia não larga isto (= Timor Leste); — os países da CEE, os EUA, a Austrália e a ASEAN aceitariam uma solução de autonomia para Timor Leste, como "1.º passo"; — Portugal apoiaria esta solução pelo compromisso de preservar-lhe a cultura portuguesa".

"Como concebem, então, estas pessoas uma "autonomia especial" para Timor Leste? Segundo o que pudemos apurar, aqueles que estão seduzidos por esta teoria pretendem reivindicar os seguintes pontos, integrantes de um (nada mais que ilusório) processo de autonomia: — em Timor Leste, poder-se falar o tétum; — em Timor Leste todos os lugares seriam ocupados pelos naturais; — em Timor Leste, a segurança seria entregue aos (assassinos) batalhões 744 e 745; — em Timor Leste, só o catolicismo e nada de islão e protestantismo. E estes aspectos poderiam ser sintetizados em: — identidade histórica, pela possibilidade de se falar o português, através do que se preservaria assim uma "sacrossanta" herança deixada pelo colonialismo português; — identidade cultural, pela possibilidade de se cultivar o tétum, colocando o povo de Timor Leste na ilusão de se encontrar fora da grande República Indonésia; — identidade étnica, pela possibilidade de se "travar" a "transmigrasi" e na ideia de que o "gubernur", os "bupat", os "camat", etc. seriam apenas timorenses; e, para finalizar, o que essencialmente se deveria exigir de Jacarta seria "maior liberdade de circulação" para o "povinho", não se falando já de "ambiciosos projectos de uma 'autonomia' económica."

A procura de uma solução de autonomia no seio da República da Indonésia advém, segundo Xanana Gusmão, da incompreensão das causas da guerra em Timor Leste:

"A guerra em Timor Leste não é uma mera reivindicação política de uma menor ou maior autonomia, no contexto da nação indonésia. A guerra em Timor Leste não é uma guerra civil, dentro do mesmo Estado, em que se pretenda impor, pela via armada, determinadas exigências de um sector da população. (...).

"Timor Leste não é uma provincia da Indonésia; é, antes, um território ocupado militarmente desde há 10 anos. A LUTA ARMADA, mantida pelas FALINTIL, é somente a manifestação violenta da resistência do nosso povo! A resistência, pela via armada, dirigida pela FRETILIN, é um aspecto apenas da resistência popular, exprime somente a posição de força de uma consciência nacional e patriótica de todos os filhos de TIMOR LESTE! A guerra em Timor Leste é, portanto, a resposta adequada à violação dos princípios universalmente proclamados que asseguram ao POVO DE TIMOR LESTE o direito de ser livre e independente! (...).

"O nosso povo resiste porque rejeita a integração! O nosso povo resiste porque quer viver livre e independente! O nosso povo resiste porque ele quer ser o senhor de si mesmo! e o nosso heróico povo continuará a resistir para alcançar o seu sagrado objectivo: INDEPENDÊNCIA NACIONAL!"

Sendo embora a independência para Timor Leste *"um direito que não se discute"*, Xanana Gusmão esclarece que tal não significa que não haja necessidade de seguir um caminho de flexibilidade e de estabelecer compromissos:

"(...) o direito do nosso povo à sua independência não pode ser objecto para discussões. É UM DIREITO, E POR ELE, ESTAMOS DISPOSTOS A PAGAR O PREÇO QUE FOR NECESSÁRIO!!!"

"Nós todos compreendemos, caríssimos jovens e patriotas mauberes, que pela inserção geo-política de Timor Leste, a independência do povo maubere não pode pôr em perigo a paz e a estabilidade dos países vizinhos. Compreendemos muito bem o que isto significa — significa que, em Timor Leste, o sistema político que vigorar não pode afectar os interesses da ASEAN, da Austrália e dos EUA. Nós concordamos na medida em que Timor Leste faz parte não só de um todo do mundo como, particularmente, da área. Neste sentido é que já fizemos ver que estamos dispostos a assumir mais compromissos, além do que foi feito em termos de permitir que, em Timor Leste, se estabeleça um sistema de governo ao estilo da democracia representativa; que, em Timor Leste, seguiremos uma política económica que não só vai permitir investimento de capitais estrangeiros (nomeadamente da Austrália, do Japão e... da própria Indonésia) em tratados de cooperação como, internamente, o desenvolvimento de uma economia mista; que, em Timor Leste, a independência política será regulada pelos princípios e carácter do Movimento dos Não-Alinhados, rejeitando, assim mesmo, quaisquer formas de dominação estrangeira!"

"Nós abrimos mão a concessões, de carácter estratégico e, portanto, com implicação a longo prazo no sentido de salvaguardar os interesses sejam dos EUA, sejam da Austrália e da própria ASEAN. Nós declamos que estamos dispostos a que sejam asseguradas, em mecanismos políticos, as garantias de que contribuímos para a paz e cooperação, para o entendimento e o diálogo entre Timor Leste e os seus vizinhos."

Xanana Gusmão volta a reafirmar nesta sua mensagem que do ponto de vista militar não existe solução para o conflito, que esta será política e terá de ser procurada no diálogo entre as partes directamente interessadas:

"Sem menosprezarmos o poderio bélico e humano do invasor indonésio e sem menosprezarmos a contínua ajuda que lhe fornecem os países ocidentais para melhorar esse poderio permitindo-lhe maior capacidade para exterminar os guerrilheiros e massacrar o nosso povo, nós afirmamos que os batalhões nunca nos assustaram e muito menos as ameças do Beni Murdani. Se a guerra de Timor Leste tivesse de ser apreciada apenas na desigualdade das forças, há muito ou, melhor, desde o dia 7 de Dezembro de 1975, que deveríamos todos concordar que a derrota era ali mesmo. Creio que, dez anos após este fatídico dia e após as sucessivas operações, realizadas para exterminar a guerrilha nestes últimos sete anos, campanhas que sempre redundaram em fracasso, podemos afirmar que não será fácil aos batalhões indonésios, que continuamente invadem a nossa pátria, exterminar os combatentes da FRETILIN! (...)"

"Nós sabemos que não estamos capazes de expulsar os ocupantes, pelas armas, mas afirmamos que não será fácil também ao Beni Murdani reduzir as FALINTIL em pó com os seus batalhões!"

"O silêncio, a indiferença de todos, é o tom geral que, mesmo assim, não assusta o povo maubere! O passeio do assassino Suharto a países da Europa de Leste, os recentes acordos económicos entre Jacarta e Moscovo, o apoio dado pela Jugoslávia à Indonésia, em Luanda, tudo isso são aspectos da condenação mundial que pesa sobre o povo de Timor Leste! O povo maubere está cercado por um imenso oceano de interesses que devem ser protegidos, de honras que têm de ser salvas; (...) uma solução honrosa (...) não é todo o mundo vergar-se à vontade de Jacarta, (...) uma solução honrosa ou uma paz honrosa deverá partir de um diálogo, em que se concertem os mecanismos para se garantir a paz para todos! (...)"

"Se o Secretário Geral da ONU não considerar os apelos feitos por países, entidades e organizações de diversa índole, no sentido de incluir, nas conversações, representantes do povo de Timor Leste, no assunto que toca mais propriamente a ele, a ONU só manifestará incapacidade de solucionar o caso, segundo os princípios que orientam essa organização mundial. E a ONU colocar-se-á ao lado dos fortes, ao lado dos agressores, negando a sua própria razão de existir! Se o Secretário Geral das Nações Unidas continuar a (...) excluir o povo de Timor Leste das conversações, pensamos que terá abandonado os princípios que ele, Secretário Geral da ONU, mais do que ninguém, deveria defender! E pensamos que nos assiste motivo bastante para nos preocuparmos na medida em que a ONU ainda não deu mostras, ainda não forneceu o mínimo sinal de que pode ou pretenda dar o verdadeiro sentido à interpretação de "partes interessadas". □

... e alerta para situação dos refugiados de Timor em Portugal

Os refugiados timores presentes na conferência de imprensa fizeram eco dos problemas que afectam a comunidade residente nos arredores de Lisboa.

As últimas famílias chegadas a Portugal vindas de Timor Leste têm sido alojadas em localidades distantes entre si e entre a maior concentração de timores: a quinta dos Balteiros, Vale do Jamor. Há refugiados a viver em Mem-Martins, Colares, Cacém, Carcavelos, Cascais, etc. Nos diferentes sítios, os timores têm sido pressionados no sentido de deixarem a actual zona de residência e irem viver para Setúbal.

Esta proposta foi feita em Dezembro aos refugiados que vivem em Rio de Mouro, na Serra das Minas, e não foi muito bem aceite por estes na medida em que, para além de ser prejudicial a transferência escolar das crianças, depois de iniciado o ano lectivo, várias preocupações surgiram quanto à possibilidade de garantia de emprego (Setúbal é actualmente dos distritos com um índice de desemprego mais elevado); quanto ao aumento de despesas de transportes para Lisboa, no caso de estudantes que frequentam estabelecimentos de ensino inexistentes em Setúbal e como tal, teriam obrigatoriamente que frequentar a escola em Lisboa, ou deixá-la.

Todos estes problemas foram apontados à assistente social da área no sentido de que os timores não recusavam a sua transferência para Setúbal desde que o Centro Regional de Segurança Social tivesse em conta estas questões e tentasse juntamente com os timores encontrar uma solução de compromisso.

Em vez disso o desprezo e a ignorância destes problemas acompanham a intimidação e as ameaças a pessoas que necessitam *"não de caridade ou compaixão, mas tão somente o cumprimento dos nossos direitos"* (afirmação de um refugiado presente na conferência de imprensa).

Dois exemplos do tratamento dado aos refugiados timores em Portugal:

E., 50 anos, casado, 5 filhos, funcionário público. Todos os filhos estão a estudar (dois deles em Lisboa). Recebe 36000$00. Não está colocado. O Centro Regional de Segurança Social não falou com ele apesar da apresentação escrita dos seus problemas.

O., 32 anos, solteiro, desempregado. Recebe um subsídio mensal de 4500$00. Aceitou seguir um curso de serralharia mecânica, em Barcarena, sugerido pela Assistente Social. Não tem garantia de colocação após o curso. A sua frequência implica o corte do subsídio mensal e do subsídio de alojamento. Receia ficar sem casa visto não ter família e estar desempregado.

Para quando o assumir das responsabilidades de Portugal perante os que aqui chegam? Será que todas as famílias que estão para chegar vão passar pela mesma situação humilhante? Será que o Centro Regional de Segurança Social não tem responsáveis à altura que possam, humanamente e com respeito, tratar os refugiados timores? □

Encontro Europeu de Solidariedade na RFA

Realizou-se no fim-de-semana de 28 e 29 de Março em Gottingen, na RFA, o VIII Encontro dos Grupos de Solidariedade com Timor Leste.

Estiveram presentes onze organizações provenientes de sete países (RFA, Áustria, Reino Unido, Holanda, França, Espanha e Portugal).

Os participantes saudaram o crescente empenhamento por parte dos órgãos de soberania e forças políticas portuguesas na defesa dos direitos do povo de Timor Leste, evidenciada na recente atitude da diplomacia portuguesa em Genebra perante a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, parecendo estar, finalmente, a revelar a dinâmica e a agressividade que se impunha há bastante tempo face à Indonésia. Salientaram ainda o importante apoio diplomático que Portugal terá o direito de obter dos países da Comunidade Económica Europeia, se o quiser e souber exigir, nomeadamente quanto ao seu voto na próxima Assembleia Geral da ONU (com início em Setembro deste ano).

Foi discutida a criação em Lisboa de um centro de informação sobre Timor Leste, entendido como um serviço a prestar às organizações presentes no Encontro e destinado a recolher, tratar e difundir toda a informação disponível sobre aquele território. Tal como noticiámos na nossa última edição, esta proposta já tinha sido discutida e aprovada no Encontro das organizações cristãs realizado em Genebra em Fevereiro passado.

Foi analisada a grave situação em que se encontram os quatro estudantes timores retidos em Jacarta e decidido pressionar o governo indonésio no sentido de conseguir a sua saída, bem como continuar a acompanhar atentamente a actuação dos governos português e holandês.

Foi ainda decidido dar todo o apoio à conferência parlamentar internacional sobre Timor Leste, que a Assembleia da República vai promover em Junho próximo assim como afirmar a disponibilidade das organizações de solidariedade de participar activamente, à semelhança dos anos anteriores, nas reuniões dos organismos das Nações Unidas, particularmente a Sub-Comissão dos Direitos do Homem e o Comité de Descolonização. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas, 77-2.º Esq., 1000 Lisboa, tel.: 574718/541308 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 500 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00
Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094